

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	12
3 Gerenciamento de riscos.....	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 Contas a receber de clientes.....	23
6 Imobilizado.....	24
7 Fornecedores.....	25
8 Patrimônio líquido.....	25
9 Receita líquida de vendas.....	27
10 Custos operacionais.....	27
11 Despesas gerais ou administrativas.....	27
12 Resultado financeiro.....	27
13 Partes relacionadas.....	28
14 Instrumentos financeiros.....	29
15 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	29
16 Contingências.....	31



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. São Tomé (RN)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. Barroso Silva Junior', written over a faint circular stamp.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balances patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.866	4
Contas a receber de clientes	5	16.262	—
Outros créditos		704	—
Total do Ativo Circulante		23.832	4
Outros créditos		668	—
Realizável a longo prazo		668	—
Imobilizado	6	445.326	208.438
		445.326	208.438
Total do Ativo Não Circulante		445.994	208.438
Total do Ativo		469.826	208.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	7	292	3.790
Dividendos a pagar	13	4.601	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	373	711
Obrigações fiscais		418	80
Imposto de renda e contribuição social	15	320	—
Obrigações trabalhistas		—	117
Outras contas a pagar		819	21
Obrigações com arrendamentos		—	8
Total do Passivo Circulante		6.823	4.727
Obrigações com arrendamentos		—	1
Outras contas a pagar		753	76
Total do Passivo Não circulante		753	77
Passivo Total		7.576	4.804
Patrimônio líquido	8		
Capital social		437.818	117.896
Reserva legal		969	—
Reserva de lucros a distribuir		13.453	—
Reservas de capital		56	87.862
Ajustes acumulados de conversão		9.954	—
Prejuízos acumulados		—	(2.120)
Total do Patrimônio Líquido		462.250	203.638
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		469.826	208.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	9	33.152	–
Custos operacionais	10	(2.977)	–
Lucro bruto		30.175	–
Despesas gerais ou administrativas	11	(1.379)	(1.235)
Outras despesas operacionais		(127)	(32)
Despesas operacionais		(1.506)	(1.267)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		28.669	(1.267)
Receitas financeiras	12	277	–
Despesas financeiras	12	(7.088)	(8)
Resultado financeiro		(6.811)	(8)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		21.858	(1.275)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(715)	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		21.143	(1.275)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>21.143</u>	<u>(1.275)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ajustes acumulados de conversão	9.954	—
Resultado abrangente total	<u><u>31.097</u></u>	<u><u>(1.275)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Ajustes acumulados de conversão	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>47.176</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(845)</u>	<u>46.331</u>
Capital subscrito	8	70.720	(70.720)	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	70.720	—	—	—	—	—	70.720
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	—	(1.275)	(1.275)
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	8	—	—	—	—	—	87.862	—	87.862
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>117.896</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>87.862</u>	<u>(2.120)</u>	<u>203.638</u>
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	—	21.143	21.143
Ajustes acumulados de conversão		—	—	—	—	9.954	—	—	9.954
Total de resultados abrangentes do exercício		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>9.954</u>	<u>—</u>	<u>21.143</u>	<u>31.097</u>
Capital subscrito	8	319.922	(319.922)	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	319.922	—	—	—	—	—	319.922
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	8	—	—	—	—	—	232.116	—	232.116
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	8	—	—	—	—	—	(319.922)	—	(319.922)
Destinação do Lucro									
Reserva legal	8	—	—	969	—	—	—	(969)	—
Dividendos obrigatórios	8	—	—	—	—	—	—	(4.601)	(4.601)
Reserva de lucros a distribuir	8	—	—	—	13.453	—	—	(13.453)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>437.818</u>	<u>—</u>	<u>969</u>	<u>13.453</u>	<u>9.954</u>	<u>56</u>	<u>—</u>	<u>462.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		21.143	(1.275)
Ajustes para:			
Depreciação	6	18	—
Imposto de renda e contribuição social	15	715	—
Outros		122	—
		21.998	(1.275)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(15.935)	—
Outros créditos		5.498	579
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(338)	501
Fornecedores		(3.790)	488
Obrigações trabalhistas		(117)	103
Obrigações fiscais		312	57
Outras contas a pagar		90	—
		7.718	453
Caixa gerado pelas atividades operacionais		7.718	453
Impostos pagos sobre o lucro	15	(386)	—
		7.332	453
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6	(232.555)	(159.036)
		(232.555)	(159.036)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	8	319.922	70.720
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	8	232.116	87.862
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	8	(319.922)	—
Arrendamentos pagos		(9)	—
		232.107	158.582
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		232.107	158.582
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(22)	—
		6.862	(1)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	6.866	4
		6.862	(1)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de março de 2021, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Rafael 07 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 63MW de capacidade instalada, está localizado em São Tomé (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 15 de dezembro de 2025. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, as informações são apresentadas em Reais, convertidas a partir das demonstrações demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia, que em 1º de novembro de 2025, foi alterada para o dólar norte-americano, conforme destacado abaixo:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento);
- (ii) Demonstrações do resultado, resultado abrangente e fluxos de caixa são convertidas pela taxa de câmbio média mensal; e
- (iii) O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão, são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de “Ajustes acumulados de conversão”.

Moeda funcional

A Administração da Companhia monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada.

Com o surgimento de novas operações no mercado de energia relacionados a moeda estrangeira, considerando negociações de contratos de venda de energia (PPAs) em dólar-americano e aquisição de máquinas e equipamentos dos parques eólico indexado à mesma moeda, a avaliação indicou que esta moeda é a moeda mais significativa nas transações, eventos e condições subjacentes da Companhia.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Com isso, a Administração alterou a moeda funcional da Companhia a partir de 1º de novembro de 2025, data em que o dólar-americano foi definido como moeda funcional. A taxa de conversão foi de R\$5,3409, e a conversão foi efetuada de maneira prospectiva, conforme item 35 do CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, não havendo assim necessidade de abertura de valores históricos anteriores aos da data da definição da moeda funcional. Os montantes resultantes da conversão, no caso dos itens não monetários, foram tratados como se fossem seus custos históricos.

Transações envolvendo ativos e passivos monetários, em moedas distintas da funcional, são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de liquidação ou pela taxa vigente ao final do período de apresentação. A variação cambial incorrida entre a data de registro inicial da transação e a data de liquidação ou apresentação das demonstrações financeiras é registrada no resultado do período.

As demonstrações financeiras na moeda funcional dólar, apresentadas como informação suplementar, bem como as informações convertidas para a moeda de apresentação, que é o real, estão demonstradas a seguir:

(a) Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)
Caixa e equivalentes de caixa	1.248	6.866
Contas a receber de clientes	2.956	16.262
Outros créditos	128	704
Total do Ativo Circulante	4.332	23.832
Outros créditos	121	668
Realizável a longo prazo	121	668
Imobilizado	80.933	445.326
	80.933	445.326
Total do Ativo Não Circulante	81.054	445.994
Total do Ativo	85.386	469.826

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)
Passivo e Patrimônio Líquido		
Fornecedores	53	292
Dividendos a pagar	836	4.601
Partes relacionadas - outras contas a pagar	68	373
Obrigações fiscais	76	418
Imposto de renda e contribuição social	58	320
Outras contas a pagar	148	819
Total do Passivo Circulante	1.239	6.823
Outras contas a pagar	137	753
Total do Passivo Não circulante	137	753
Passivo Total	1.376	7.576
Patrimônio líquido		
Capital social	81.797	437.818
Reserva legal	176	969
Reserva de lucros a distribuir	2.509	13.453
Reservas de capital	(472)	56
Ajustes acumulados de conversão	—	9.954
Total do Patrimônio Líquido	84.010	462.250
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	85.386	469.826

(b) Demonstrações do Resultado

	De 01/11 a 31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)
Receita líquida de vendas	2.561	13.895
Custos operacionais	(459)	(2.483)
Lucro bruto	2.102	11.412
Despesas gerais ou administrativas	(i)	(ii)
Outras despesas operacionais	1	—
Despesas operacionais	—	(ii)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos	2.102	11.401
Receitas financeiras	46	249
Despesas financeiras	(1.312)	(7.084)
Resultado financeiro	(1.266)	(6.835)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	836	4.566
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29)	(156)
Lucro do período	807	4.410

(c) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	De 01/11 a 31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	807	4.410
Ajustes para:		
Depreciação	—	1
Imposto de renda e contribuição social	29	156
	836	4.567
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	467	2.496
Outros créditos	1.026	5.618
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar	(129)	(689)
Fornecedores	53	291
Obrigações trabalhistas	(14)	(74)
Obrigações fiscais	21	112
Outras contas a pagar	(574)	(3.061)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.686	9.260
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(449)	(2.449)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(449)	(2.449)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	59.901	319.922
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	10	56
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	(59.900)	(319.922)
Arrendamentos pagos	(1)	(6)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	10	50
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	—	—
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.247	6.861
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.248	6.866
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.247	6.861

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **2.7 Ativo imobilizado** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *“impairment”*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, obrigações com arrendamentos, partes relacionadas - outras contas a pagar, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Por adotar o dólar como moeda funcional, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em reais (principalmente custo de mão de obra, teses tributárias, impostos, fornecedores brasileiros e aplicações financeira), bem como os ativos e passivos em moedas diferentes da sua respectiva moeda funcional.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	4.645	Baixa do CDI	4.631	4.618
Efeito no resultado	54		40	27
Aplicações financeiras vinculadas	2.216	Baixa do CDI	2.198	2.181
Efeito no resultado	69		51	34

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	5	4
Aplicações financeiras (a)	2.216	—
Aplicações financeiras - fundos restritos (b)	4.645	—
Total	6.866	4

- (a) A Companhia mantinha suas disponibilidades de caixa em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Estas operações possuem prazo de vencimento inferior a três meses da data de contratação e, por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.
- (b) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025
Venda de energia - terceiros	14.025
Venda de energia - partes relacionadas (nota 13)	2.237
Total	16.262

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025.

6 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10%	197	(18)	4	183	—
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	385.441	—	2.679	388.120	—
Edificações	3,33% a 4%	57.023	—	—	57.023	—
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	7	(7)	—	—	7
Imobilizados em andamento	— %	—	—	—	—	208.431
Total		442.668	(25)	2.683	445.326	208.438

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Adição Depreciação	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025
Torres anemométricas	—	197	—	(18)	4	183
Máquinas e equipamentos	—	—	385.441	—	2.679	388.120
Edificações	—	—	57.023	—	—	57.023
Ativo de direito de uso de bens arrendados	7	—	—	(7)	—	—
Imobilizados em andamento	208.431	234.033	(442.464)	—	—	—
Total	208.438	234.230	—	(25)	2.683	445.326

- (a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 15 de dezembro de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Descrição	31/12/2023	Adições	Adição Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso de bens arrendados	—	8	(1)	7
Imobilizado em andamento	46.483	161.948	—	208.431
Total	46.483	161.956	(1)	208.438

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía valor em adições no montante de R\$1.675 (R\$2.920 em 31 de dezembro de 2024) que não tiveram efeito caixa no exercício, referentes a contratos de direito de uso de bens arrendados, capitalização de operações de seguros e provisão de medições de obras não faturadas.

7 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de bens e serviços	292	3.790
Total	292	3.790

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$292 (R\$2.706 em 31 de dezembro de 2024).

8 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$437.818 em 31 de dezembro de 2025 (R\$117.896 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 437.818.389 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
TGR Subholding 2 S.A.	100,00%	437.818	437.818.389	100,00%	117.896	117.896.389
Total	100,00%	437.818	437.818.389	100,00%	117.896	117.896.389

Aumento de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Capital integralizado	Emissão de ações ON
30/04/2024	56.548	56.548	56.548.000
13/09/2024	14.172	14.172	14.172.000
Total - 2024	70.720	70.720	70.720.000
28/11/2025	319.922	319.922	319.922.000
Total - 2025	319.922	319.922	319.922.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$4.601.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	21.143
Outras movimentações	397
(-) Prejuízos acumulados	(2.120)
(-) Reserva legal (5%)	(969)
Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios	18.451
Dividendos obrigatório	4.601

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$969.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$13.453.

Reservas de capital

Durante o exercício de 2024 e 2025, conforme AGE, houve a emissão de ações preferenciais resgatáveis ("APRs") pela Companhia à Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., controladora indireta da Companhia, ao valor unitário de R\$ 4,00 (quatro reais), conforme composição abaixo:

Acionista	Ato societário	Data	Ações (Qtd.)	Valor (R\$)
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	AGE	16/09/2024	135.250	541
		31/10/2024	10.264.250	41.057
		29/11/2024	5.167.250	20.669
		31/12/2024	6.398.750	25.595
Total - 2024			21.965.500	87.862
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	AGE	31/01/2025	7.078.250	28.313
		28/02/2025	5.346.750	21.387
		30/04/2025	17.298.500	69.194
		30/05/2025	9.845.500	39.382
		30/06/2025	6.502.750	26.011
		31/07/2025	3.913.000	15.652
		29/08/2025	4.093.250	16.373
		30/09/2025	3.571.500	14.286
		31/10/2025	365.500	1.462
28/11/2025	14.000	56		
Total - 2025			58.029.000	232.116
Total acumulado			79.994.500	319.978

Tais recursos foram destinados para a conta de Reservas de Capital, nos termos da legislação vigente. As APRs não possuíam direito a voto, tampouco direito a dividendos fixos ou mínimos (salvo os dividendos obrigatórios previstos em lei) ou prioridade no recebimento de dividendos, e apresentaram como vantagens preferenciais: (a) direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 4 (quatro) vezes o valor pago a cada ação ordinária da Companhia e (b) prioridade no resgate ante a distribuição de dividendos excedentes aos obrigatórios, inclusive dividendos intermediários.

No dia 28 de novembro de 2025, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. realizou o resgate das APRs no montante de R\$319.922, equivalente a 79.980.500 ações, com efeito caixa no exercício corrente.

9 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025
Venda de energia elétrica	33.881
PIS e Cofins sobre vendas	(729)
Total	33.152

10 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025
Custos com pessoal	(4)
Depreciação	(2)
Gastos operacionais – geração energia	(767)
Gastos com manutenção	(2.056)
Outros custos	(148)
Total	(2.977)

11 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Compartilhamento de despesa (nota 13)	(996)	(1.222)
Depreciação	(17)	–
Despesas operacionais - geração de energia	(310)	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(56)	(13)
Total	(1.379)	(1.235)

12 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	123	–
Variação cambial ativa	80	–
Outras receitas financeiras	74	–
Total	277	–
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(3)	(5)
Variação cambial passiva	(7.085)	–
Outras despesas financeiras	–	(3)
Total	(7.088)	(8)
Resultado financeiro	(6.811)	(8)

13 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	2.237	—
Contas a receber de clientes	2.237	—
Venda de energia (nota 5)/(c)	2.237	—
Passivo	4.974	711
Partes relacionadas - outras contas a pagar	373	711
Transações de condomínio (b)	208	320
Compartilhamento de despesas (a)	165	391
Dividendos a pagar	4.601	—
Dividendos a pagar para partes relacionadas	4.601	—
Resultado	1.072	(1.222)
Receita líquida de vendas	2.134	—
Venda de energia (c)	2.134	—
Custos operacionais	(24)	—
Custos com manutenção (a)	(24)	—
Despesas gerais ou administrativas	(1.038)	(1.222)
Despesas com manutenção (a)	(42)	—
Compartilhamento de despesas (a)	(996)	(1.222)

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos, e notas de débitos de manutenção de torres.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de venda de energia com a TGR Subholding 2 S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6.866	6.866	4	4
Contas a receber de clientes	16.262	16.262	–	–
Fornecedores	(292)	(292)	(3.790)	(3.790)
Obrigações com arrendamentos	–	–	(9)	(9)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(373)	(373)	(71)	(71)
Dividendos a pagar	(4.601)	(4.601)	–	–
Outras contas a pagar	(1.573)	(1.573)	(96)	(96)
Total	16.289	16.289	(4.602)	(4.602)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda - corrente	(466)
Contribuição social - corrente	(249)
Total	(715)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia (a)	22.690
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	1.815
Outras receitas não operacionais (b)	197
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(466)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	2.723
Outras receitas não operacionais (b)	197
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(249)
Alíquota efetiva (%)	(3,3%)

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$11.191 de receita registrado como exposição energética positiva no âmbito da CCEE, a qual não foi oferecida para fins de tributação no regime de apuração do lucro presumido.

(b) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$80 em receitas financeiras como variação monetária ativa, sem efeito caixa no exercício, o qual não foi sujeito a tributação em outras receitas operacionais no regime tributário lucro presumido.

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	715
Impostos pagos sobre o lucro	(386)
Compensações no exercício	(18)
Ajuste acumulado de conversão	9
Saldos finais	320

16 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
